

ENTREVISTANDO POLÍTICOS SOBRE SUAS CARREIRAS E INTERPRETANDO SEUS DEPOIMENTOS. UMA EXPERIÊNCIA NO SUL DO PARÁ

*Rodrigo Peixoto*¹

RESUMO – Traços muito peculiares da política regional podem ser percebidos através de uma leitura crítica de depoimentos de prefeitos, ex-prefeitos e políticos em geral, os quais articulam discursos reveladores dos instrumentos de poder que manipulam e do contexto político-cultural em que se movem. Embora tais discursos possam ser referidos literalmente, eles não devem ser tomados dessa forma. Lidos através do que insinuam e mesmo pelo que omitem, os depoimentos precisam ser interpretados, para que realmente informem. Na composição de um argumento sobre poder local, eles entram como evidências dos contrastes entre o tradicional e o novo e das práticas políticas que caracterizam a região sul do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política, Histórica oral, Discursos, Contexto regional.

ABSTRACT – Very peculiar traits of regional politics can be perceived through a critical reading of statements of mayors, ex-mayors and politicians in general. Their discourses reveal mechanisms they manipulate for controlling power, as well as the politico-cultural context in which they act. Even when such discourses are quoted literally, they should not be interpreted as such. Grasped through hints and even omissions, political statements need to be interpreted so that they can reveal more information. Within the context of local power, they give evidence of contrasts between the modern and the traditional and of the political practices which characterize southern Pará.

KEY-WORDS: Political culture, Oral history, Discourses, Regional context.

¹ PR-MCT. Museu Paraense Emílio Goeldi/Coordenação de Ciências Humanas. Pesquisador. Caixa Postal 399. Cep 66040-170, Belém-PA. E-mail: rodrigop@museu-goeldi.br

INTRODUÇÃO

Para desenvolver argumento sobre carreiras políticas na região sul do Pará, eu precisava reconstruir trajetórias de políticos por meio de testemunhos orais. A começar pela coleta da entrevista, entrevistar políticos sobre suas carreiras e interpretar seus depoimentos provou ser um empreendimento complexo. Nas condições de uma pesquisa de campo com prazo relativamente curto, viajando de uma cidade a outra sem a possibilidade de marcar as entrevistas com antecedência, eu tinha um grande número de prefeitos para entrevistar, e era preciso penetrar sem aviso prévio nas suas agendas ocupadas. Comentar sobre como tais entrevistas foram ensejadas será útil, porque isso permitirá iniciar uma caracterização do contexto político regional e introduzirá o problema da interpretação do discurso político nessa região de fronteira.

A experiência da pesquisa de campo mostrou que para conseguir a entrevista era importante chegar à prefeitura de manhã bem cedo, de maneira a garantir um dos primeiros lugares em fila que se formava diariamente para pedir coisas ao prefeito. Os numerosos pobres de Xinguara, Rio Maria, Parauapebas, Curionópolis, Redenção, Brejo Grande, Conceição do Araguaia, Ourilândia e São Felix do Xingu pedem favores tais como uma passagem de volta para o Nordeste, dinheiro para comprar remédios, empregos, além de telhas, tijolos e madeira para melhorar esmolambados barracos, cobertos com um tipo de plástico preto barato. Improvisação e pobreza decompõem a paisagem urbana destas cidades. As mais antigas situadas nas beiras dos rios que davam o ritmo da Amazônia tradicional, as mais novas surgidas na beira das rodovias abertas nas últimas duas décadas, estas cidades são iguais em que grande parte da população é composta de imigrantes do Nordeste, longamente habituados a pedir favores a políticos, que alimentam tal traço cultural através de práticas paternalistas seculares.

Uma vez bem colocado nessa fila de deserdados, despachados um-a-um pelo prefeito, que com dinheiro público fazia caridade em nome próprio, era preciso justificar o investimento de tempo do ocupado prefeito com a entrevista. O que geralmente funcionava era me anunciar

como um pesquisador do Museu Goeldi, que havia selecionado os políticos mais importantes da região para uma coleta de depoimentos. Isso me valorizava como entrevistador e também lisonjeava o prefeito, que, julgando que a entrevista valia a pena, suspendia a rotina de lidar com trivialidades da pobreza para falar apologeticamente de si próprio.

De forma que um discurso enviesado, auto-construtivo e até mesmo cabotino, em alguns casos, deu o tom destas entrevistas. Em vez de evidências verídicas para a construção do argumento sobre carreiras políticas, o que muitos depoimentos passavam eram informações truncadas e falsas estórias. E em que pese a grande carga de subjetividade desses discursos, eles foram reveladores. Na verdade, eles se constituíram excelente material para análise. Concordando com Ferreira (1994:10), quanto ao uso de representações no depoimento oral, em que tais distorções podem ser “mais um recurso do que um problema”, tais discursos foram úteis particularmente para efeito de explicar contextualmente a região.

Portanto, os depoimentos, ainda que literalmente referidos, não poderiam mesmo ser tomados dessa maneira. Mais importante que encará-los pelo seu conteúdo literal, e nesse caso com grande dose de ceticismo, foi tomá-los como fragmentos discursivos de um contexto peculiar. Como versões parcializadas de atores que viviam suas próprias circunstâncias, em uma área de fronteira que apresenta peculiaridades no plano político-cultural, os depoimentos eram carregados de idiosincrasias. Por isso eles foram úteis para o entendimento da cultura política regional e das transformações sociais por que passa uma região de fronteira. Isso é o que este artigo, através de alguns exemplos, vai tentar demonstrar.

ONDE FOI O BAMBURRO, NO GARIMPO OU NA PREFEITURA?

Dado que subjetivações ardilosas estiveram presentes em muitos dos discursos coletados, o valor de tais depoimentos teve de ser extraído não tanto a partir do que eles diretamente expressavam, mas

principalmente pelo que eles subdiziam e deixavam transparecer em termos de significações. Assim, entrevistar prefeitos no sul do Pará requereu mais do que conhecer a região e alguns dados sobre os próprios prefeitos, a fim de tentar corrigir omissões involuntárias de fatos importantes para o estudo de carreiras políticas. Não se tratava simplesmente de estar atento a possíveis lapsos de memória ou preparado para abater o tom épico que migrantes usualmente adotam na tendência de super valorizar seus esforços. O discurso político, como diz Pinto (1989:51-55), “é o discurso por excelência do sujeito em todos os seus sentidos, seu local de enunciação é a luta política, seu objetivo é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados (...) cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo.” Quando o depoimento é assim moldado pelo conflito político, a verdade dificilmente aparece de forma inquestionável, mas o confronto de depoimentos pode ajudar a elucidar o contexto.

Um bom exemplo dessa possibilidade de confrontar depoimentos, não para apurar a verdade, mas para contextualizar um ambiente, pode ser extraído da estória do primeiro prefeito de Xinguara, uma violenta e empoeirada cidade, situada no trevo das estradas PA-150 e PA-279, e surgida, no começo dos oitenta, da atividade garimpeira. Eu procurei este ex-prefeito para uma entrevista num domingo, e o encontrei em sua bonita casa, muito acima do padrão daquela pobre cidade. Lá estava ele saboreando um drinque com os empregados de sua fazenda. Durante a entrevista, o ex-prefeito procurou enfatizar a sua preocupação com os pobres, e particularmente o fato que ele havia *bamburrado* no garimpo, quer dizer, havia encontrado precisamente 6,740 quilos de ouro quando garimpeiro.

Com tal precisão de peso, a estória parecia verossímil. Entretanto, mais tarde, nesta mesma violenta Xinguara, eu entrevistei um diretor do sindicato dos trabalhadores rurais, ligado ao PC do B, e que havia recentemente escapado de um atentado à bala. Mostrando-me as marcas

deixadas pelas balas, este sindicalista contou-me uma estória diferente: “O ex-prefeito nunca bamburrou no garimpo. Seu bamburro foi na prefeitura. Foi roubando dinheiro público que ele se tornou rico.”

Onde o *bamburro* aconteceu, no garimpo ou na prefeitura? Responder esta questão estava além do escopo de um trabalho acadêmico, e isso não era tão importante para a pesquisa. Mais importante era notar que tal alibi – *o bamburro no garimpo* – é usual numa região com essa, em que contravir a lei para fazer fortuna é lugar comum. Entre tráficos muito piores, contrabandear ouro é até mesmo aceitável, tratando-se de um bom argumento para justificar riquezas súbitas. Por outro lado, a afirmação do sindicalista tampouco era inteiramente confiável, dado que ele era um extremado adversário político do ex-prefeito. Melhor que advogar qualquer verdade neste caso foi trazer para o núcleo da argumentação estas versões divergentes, e assim contextualizar a região.

Por contextualização eu me refiro à tentativa de demonstrar que o patrimonialismo – quer dizer, a mistura entre o público e o privado, a apropriação da coisa pública por elites locais, a privatização do Estado – é um traço político-cultural dominante na vida da região. As frequentes disputas sobre a origem da riqueza dos prefeitos evidenciam o uso patrimonial do Estado e trazem esse traço político-cultural para o centro do esforço de contextualização. Nesse mesmo sentido funciona o discurso do ex-prefeito, que confirma o garimpo como uma atividade central para aquela região nos anos oitenta, quando motivou até mesmo o surgimento de cidades. Finalmente, o agressivo tom empregado pelo sindicalista revela uma disputa passional entre forças políticas antagônicas.

O sindicalista do PC do B, invocando a tradição da Guerrilha do Araguaia, ainda sonhava com revolução. O ex-prefeito dizia: “político inteligente é político governista”. A essa altura, informar que as contas do ex-prefeito haviam sido impugnadas no Tribunal de Contas do Estado, tornando-o inelegível, já não parece tão relevante.

O ESTADO É QUEM USA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS OU SÃO ESTAS QUE USAM O ESTADO?

A experiência de entrevistar políticos sobre suas carreiras foi em algumas ocasiões esta de se deparar com descobertas. Perceber o grande peso político das igrejas Assembléias de Deus na região, por exemplo, foi um achado. Diferentemente da maioria dos políticos, geralmente reservados em seus depoimentos, os rebentos das igrejas Assembléia de Deus se apresentaram sempre muito dispostos a falar de sua presença na política. A Assembléia de Deus estava experimentando um notável *boom*, tornando-se a opção preferencial dos migrantes pobres e, desde as eleições municipais de 1992, conquistando prefeituras e fazendo representantes em todas as câmaras de vereadores da região. Contudo, interpretações depreciativas sobre o papel das Assembléias na política eram voz-corrente, e seus membros mais politizados estavam ansiosos para adiantar diferentes versões.

De fato, foi interessante descobrir que, a par de buscar estar próximo do poder para dele extrair benefícios para a instituição, de acordo com uma postura fisiológica que visa defender o interesse institucional, há no seio dessas igrejas uma outra corrente política, a qual almeja o poder de Estado para obter avanços sociais. Nesta clivagem interna que começa a aparecer, na medida em que estas igrejas se envolvem com questões sociais e políticas, a primeira corrente tem se mostrado muito eficaz quando se trata de usar os recursos do Estado, como o demonstra a explicação da ex-vice-prefeita de São Felix do Xingu, quando perguntada: Porque a Assembléia de Deus precisa ter uma voz na prefeitura?

“Olha, a Assembléia de Deus é uma entidade, e como tal ela tem que ter representação. Eu sou evangélica, eu vou representar minha igreja em qualquer local... Porque a igreja também tem problemas, problemas sociais, problemas de terra, problemas urbanos, precisa de lotes, um documento, uma dispensa, um alvará ... e na prefeitura nós temos uns oito funcionários crentes ... então nós somos uma equipe, cada um que ajudou na campanha [está empregado] ... e agora estamos empenhados na mesma proposta de servir a Deus e servir o povo também.”

Caminhando em outra direção estava o candidato a prefeito pela coligação PT/PDT, nas eleições de 1992 em Conceição do Araguaia, um pastor da Assembléia de Deus, cuja bandeira na campanha política era cidadania. Ele dizia:

“Os evangélicos de um modo geral precisam ser mais trabalhados politicamente ... Eu acredito que os evangélicos estão começando a abrir os olhos, e estão começando a ver que não é a direitona conservadora que é dona da verdade.”

De forma que não se trata de uma vã especulação dizer que estas igrejas, ou uma parte delas, podem vir a ser importante fator na organização dos pobres e de formação de lideranças progressistas. Um discurso como – “Até mesmo Jesus Cristo foi considerado de esquerda ... Dentro da esquerda você pode ver um pouco de honestidade ... Eu vou continuar na esquerda, porque é neste lado que você pode ver nos políticos um pouco de vergonha na cara” –, emitido por um vereador desta mesma cidade, pode ser bastante interpelador entre crentes que valorizam atitudes éticas.

Funcionando como uma base de poder, a instituição tem lançado representantes na política, os quais não comungam todos as mesmas idéias. Portanto, as igrejas Assembléia de Deus, com o grande peso social que possuem e o peso político que vêm adquirindo, têm potencial para influenciar o Estado de diferentes maneiras. E a apreensão desta realidade, através das entrevistas, foi uma gratificante experiência de descoberta.

Por outro lado, entrevistar políticos regionais foi também uma busca de confirmações a hipóteses previamente formuladas. O que se procurava eram respostas previsíveis para determinadas questões pertinentes a um esquema interpretativo. Quer dizer, buscava-se evidências para um argumento. A interpretação do discurso, nesse caso, pressupôs um razoável conhecimento da política regional, assim como de certas circunstâncias que envolviam o informante. Assim, sabe-se pela literatura especializada que o comprometimento de líderes populares em esquemas de cooptação criados por burocracias oficiais é um problema que aflige os movimentos sociais. As organizações sociais perdem a autonomia,

quando “desloca-se a ênfase do âmbito da ação coletiva para o privilegiamento dos contatos e vínculos pessoais” (Diniz 1982).

O depoimento de Maria – uma corajosa mulher que, a partir da profissão de parteira, havia aberto seu caminho até o cargo de prefeita do município de Brejo Grande –, confrontado com o resultado de suas práticas não-discursivas, possibilita um tipo de leitura capaz de confirmar o preceito do parágrafo acima. Esse esforço interpretativo começará por descrever a sua comovente luta para obter benefícios, que o Estado denegava. Ou apenas concedia, a título de um assistencialismo barato, em troca do comprometimento político da líder popular. Fazendo de tudo para assistir a sua comunidade. Maria era uma liderança popular bem considerada. Contudo, ela tinha este estilo de fazer política, que consistia em obter benefícios para o povo carente que ela representava por meio de aproximações pessoais com autoridades em postos-chave do Estado. Maria tem alguma coisa a dizer sobre este difícil relacionamento entre líderes populares e representantes do poder estatal:

“Não é um acesso fácil; é um acesso suado, se passa fome e dificuldades nessas estradas. E quando você chega a Belém não é fácil conseguir. A gente consegue por que vai para conseguir, e não abre mão. E às vezes dura muito tempo, mas a gente insiste até conseguir, se a gente acha que é uma coisa que vai beneficiar a comunidade. ... Essa relação não é espontânea, ela é um negócio forçado, forçado pela organização, a partir de um momento que existe um trabalho e que o trabalho encaminha as reivindicações colhidas. E o poder do Estado às vezes diz não, mas ele não tem como garantir o não, porque a gente insiste, e o poder resiste à insistência até um certo ponto. Ou ele cede porque em alguns momentos pode entender, ou ele cede para se ver livre. A relação que leva a conseguir alguns benefícios para o município acontece por causa da organização que existe, que quando investe não abre mão até conseguir. E depois que a organização atinge um objetivo, ela usa isso para reforçar a luta que ela está levando, para reforçar o nível de organização da localidade. Quer dizer, até certo ponto, a organização usa o Estado, em vez do Estado usar a organização. A organização do povo não caminha para reforçar o Estado como ele é. Ela caminha para construir um nível de organização consciente, que constrói um novo poder, mas é um poder a serviço da população, e não a população a serviço do poder.”

Embora o discurso de Maria tente transmitir independência, ela está de fato narrando sua “manipulação pela via da distribuição útil de migalhas” (Demo 1993:10). O benefício obtido por meio desse esforço pessoal não reforçou a organização popular, como Maria pretende, mas consolidou a sua dependência em relação ao doador. A maioria dos líderes populares que como ela adotam a aproximação pessoal para obter benefícios de órgãos públicos são levados a compromissos recíprocos com burocratas ou políticos que estão preocupados apenas com suas carreiras. E uma vez que tais compromissos são estabelecidos, não é fácil escapar deles. Em geral, as reciprocidades que estes esquemas engendram não se tornam conhecidos do público, mas eles criam redes políticas invisíveis, as quais são importantes na definição de políticas públicas, bem como de carreiras políticas. Maria teve que continuar distribuindo benefícios para manter seu prestígio junto a sua comunidade, cujos membros se acostumaram a essa assistência, e o canal para esses recursos continuava sendo único: o clientelismo que visa a captura das organizações sociais. Para testemunhar o desfecho da prática política de Maria, em que, enfim, a despeito de seu discurso, o poder do Estado provou ser mais forte, desenraizando o nascente movimento popular em Brejo Grande, vale mencionar o secretário de planejamento deste município, que disse; “A organização popular diminuiu a partir do momento em que Maria se tornou prefeita e deu prioridade para contatos pessoais.”

Maria não foi capaz de eleger seu sucessor. A população local elegeu um fazendeiro, apoiado por infame oligarquia regional, a qual mantém ligações próximas com extensa rede de agências oficiais, cujo propósito é assistir setores sociais carentes, a fim de criar redutos eleitorais por meio de clientelismo. Entretanto, Maria havia adquirido uma grande experiência em lidar com a máquina estatal. No tempo da pesquisa de campo que levantou essas informações, ela era assessora do prefeito de Curionópolis, uma cidade, surgida na entrada do garimpo de Serra Pelada, onde a pobreza é realmente chocante. Sua função era justamente essa de obter recursos da máquina clientelista estatal. Em vista das terríveis condições sociais destes municípios e da disponibilidade de recursos clientelistas, líderes populares que se tornam

prefeitos se engajam nesta política do possível, e são previsivelmente cooptados.

Que ilação pode-se tirar do confronto destas duas realidades? As igrejas Assembléia de Deus, como poderosas bases políticas, capazes de abocanhar importantes fatias do Estado. A frágil organização popular de Brejo Grande, incapaz de sobreviver ao clientelismo estatal. O Estado é quem usa as organizações sociais ou são estas que usam o Estado? Parece que tudo depende do poder que a organização social detém. O Estado não é o que quer ser, mas o que os poderes sociais o fazem ser.

UM ADAPTÁVEL LÍDER CONTEMPORÂNEO RETICENTE SOBRE O PASSADO

A experiência de entrevistar políticos mostrou que, quando recontando suas carreiras, eles constróem versões, seja justificando posturas menos gloriosas como atos inevitáveis, impostos por circunstâncias irresistíveis, ou enfatizando certas passagens e silenciando sobre outras. Assim, para a finalidade de se obter evidências para o objeto de estudo, tornou-se necessário descontar elementos de parcialidade nos depoimentos destes informantes, o que demandou, entre outros procedimentos, confrontar vários depoimentos sobre um mesmo tema.

Para abordar este tópico vai ser preciso voltar aos tempos da ditadura militar, quando a nomeação de pessoas para cargos que em outros períodos seriam eletivos cumpria papel crucial na configuração do poder. De acordo com o Ato Institucional número 3, os governadores de Estado deviam ser eleitos indiretamente. Na prática, isso significava que a eleição destes personagens era tutelada pelo poder militar, que também apontava os prefeitos das capitais e das cidades consideradas áreas de segurança nacional. No início dos anos setenta, o sul do Pará foi palco da Guerrilha do Araguaia, e a cidade de Marabá, o mais importante centro urbano da região, era uma dessas áreas de segurança nacional.

Nomeando governadores e prefeitos, o regime produziu novas lideranças, as quais para serem apontadas para qualquer cargo político tinham obviamente que mostrar compromisso com a “filosofia da Revolução de 1964”. Entre os vários líderes assim produzidos, há um cuja trajetória é notável: tendo sido nomeado prefeito de Marabá em 1976, retornou à prefeitura em 1992, desta vez eleito com o apoio das forças mais progressistas da região, como a alternativa capaz de vencer o candidato de uma oligarquia que assolava a região desde há muito tempo. Na primeira vez, ele foi nomeado porque, além de pertencer à ARENA, e contar com decisivos apoios de lideranças expressivas naquela época, era um técnico, supostamente apolítico, como era do agrado dos militares.

“Eu estive realmente na ARENA, que era um partido tido como conservador, e hoje eu estou no PSDB, que defende a social democracia. ... O que acontece é que naquele tempo não existiam os sindicatos, as associações, os movimentos populares ainda estavam iniciando ...”

Na segunda vez, ele foi eleito porque corporificava a mudança possível, no sentido da democracia. Tanto na primeira como na segunda oportunidades, ele compareceu como a pessoa certa, no momento certo, o que, dada a substancial mudança no quadro político de um período para outro, demonstra sua grande adaptabilidade. Entrevistado, ele foi bastante enfático sobre o presente:

“Nós começamos a discutir uma proposta com participação popular que englobou várias associações, organizações e sindicatos, e ficaram definidas algumas diretrizes que nós assumimos. ... Hoje, o grande mérito nosso é lutar para implantar essa política de participação popular. Montar uma proposta clara, aberta, discutir com a população, levando em consideração os fatores de solidariedade, respeito ao bem público ... Porque o que eu penso é que depois do nosso governo aqui, o outro prefeito que vier vai ter que dar continuidade. Não ao meu trabalho, não aos meus projetos, mas ele vai ter que dar um seguimento no trabalho com a comunidade. Vai instituir-se uma prática, independente de quem seja que vem. Dificilmente se vai retroagir à situação que se passava há seis meses atrás, quando um membro da oligarquia política mandava, era o dono, fazia e acontecia.”

Contudo, ele foi reticente sobre o passado. Perguntado sobre quais atributos e apoios ele foi capaz de reunir para ser nomeado prefeito de Marabá durante o regime militar, sua resposta foi evasiva no tocante ao encaminhamento político de sua indicação:

“Eu era engenheiro civil, engenheiro sanitarista, técnico em planejamento. Isso pesou muito, porque a SUDAM, que era o órgão de planejamento da Amazônia, precisava de um técnico para discutir a questão da Nova Marabá, da cidade nova, dos investimentos ... Eu acho que pesou muito o meu currículo profissional, porque eu já trabalhava há dez anos nesta parte de engenharia sanitária, inclusive no DNOS. ... E por ser filho de Marabá, ter um bom conceito em termos de relacionamento com as pessoas aqui, minha família é daqui, meu pai foi sempre muito respeitado aqui ...”

– Mas e a nível político. Como foi esse encaminhamento político? Que força política o senhor teve na época?

“Ela veio do próprio governador e do deputado da área, que mexia com a parte política, e de outras lideranças que indicaram meu nome.”

Quem seriam estas “outras lideranças” tão vagamente mencionadas? Quem foram estes que tiveram o poder de indicar o nome do prefeito de Marabá durante o período autoritário? Estas questões puderam ser respondidas rastreando-se a carreira do último prefeito nomeado de Marabá. Este, confrontado com manchete do jornal local “Correio do Tocantins (12-18/fev/83), o qual estampava: “GRUPO CURIÓ ESCOLHE PREFEITO DIA 21”, em que seu nome constava como favorito, confirmou o famoso major Curió como o personagem mais influente da região naquela época. Assim, interrogado sobre “quais eram os critérios utilizados pelo governo federal para nomear o prefeito de Marabá?”, o referido ex-prefeito informou que

“Isso era feito da seguinte maneira: os currículos dos candidatos eram examinados. De três candidatos, aquele que se considerasse reunir as melhores condições para administrar o município era escolhido. Este era o procedimento ... O presidente do país demandava três nomes ... Quem indicava estes nomes eram aqueles políticos regionais ligados ao presidente. ... O mais influente político na região era o deputado federal Sebastião Curió. Ele e Jarbas Passarinho indicavam os três nomes.”

Portanto, durante o regime militar, a faculade de indicar os prefeitos de Marabá, bem como toda a sorte de poderes e recursos políticos, incluindo popularidade, eram garantidos ao major Curió. No auge de seu poder, este famoso agente do SNI gozava de uma ligação pessoal com o presidente Figueiredo, e controlava o imenso garimpo de Serra Pelada, que contava dezenas de milhares de garimpeiros e pessoas relacionadas. Curió foi eleito deputado federal com uma enxurrada de votos, e tinha sob seu controle uma legião de burocratas federais, políticos e demais autoridades. Naquele tempo era realmente muito difícil perseguir uma carreira política em Marabá sem a aquiescência deste que foi o maior chefe político da região. Assim, o prefeito em questão adaptou-se às autoritárias circunstâncias daqueles tempos, perfilando-se também no “grupo do Curió”, embora hoje isso lhe cause constrangimento admitir.

Muitos reconheciam o então prefeito de Marabá como um campeão de democracia, um promotor da participação popular na política, através do funcionamento dos conselhos municipais e da prática do orçamento participativo, que eram experiências promissoras numa região politicamente atrasada. Tratava-se de um papel de inegável valor, que o prefeito enfatizava com razão, em seu depoimento. Contudo, o que se pretende aqui é discutir um método de investigação utilizado para desenvolver um argumento sobre carreiras políticas, o qual, procura interpretar o discurso político, como uma particularidade da história oral. Dessa interpretação do discurso fazem parte o confronto de depoimentos sobre um mesmo tema e a pesquisa documental, e neste tópico procurou-se chamar a atenção para as ênfases e as reticências que construíram o discurso do referido ex-prefeito.

Procurou-se também demonstrar que o ex-prefeito em questão mostrou uma formidável capacidade de adaptação a circunstâncias históricas radicalmente diferenciadas. Bem adaptado aos ventos democratizantes na Marabá dos tempos da realização da pesquisa, ele estava também muito bem adaptado ao abafado clima político da ditadura. Corroborando para esta conclusão há o confronto de depoimentos, além da evidência de suas próprias palavras, ao se referir

à justeza da indicação do último prefeito nomeado de Marabá, que, assim como ele, contou com o apoio do Curió. Seu comentário, registrado no “Correio do Tocantins” (8-14/março/83), afirmava que “Nós somos hoje a maioria em Marabá, então é justo que uma pessoa ligada ao nosso grupo seja indicada para a prefeitura. Além do mais, a pessoa indicada participou ativamente na campanha eleitoral em favor da eleição de Curió, e a escolha é uma forma de reconhecimento.”

Os garimpeiros, assim como a maioria dos políticos da região, tinham Curió como deus na terra. Curió justificava esse crédito, apoiando seus aliados políticos e aparentemente defendendo os garimpeiros. Entretanto, os tempos haviam mudado. Curió não detinha mais qualquer poder político, e, envolvido em crimes e delitos, havia se tornado uma figura estigmatizada. Até mesmo o nome da triste cidade de Curionópolis a população queria mudar. Sua lembrança incomodava, e ninguém, e muito menos um político que vinha construindo sua carreira através de tempos tão distintos, queria ver seu nome associado ao então renegado Curió. Pollak (1989:6) diz que “o silêncio tem razões bastante complexas”. Nesse caso, a reticência do ex-prefeito em questão é bastante compreensível.

MUDANÇA E CONTINUIDADE NA EMERGÊNCIA DE UM NOVO LÍDER

Através das entrevistas, que giraram em torno de suas carreiras, os políticos emitiram versões de fatos e de seus posicionamentos nas circunstâncias desses fatos, geralmente preocupados em produzir uma imagem própria ou uma identidade. Essa parece ser uma preocupação típica do político, que, conforme Alberti (1994: 47), “constrói uma visão de si mesmo e de sua atuação política, para si e para seus interlocutores”. Na experiência da pesquisa, deliberadamente ou não, o discurso emitido a partir da posição do político teve como eixo a construção do próprio sujeito enunciador. Além disso, os discursos políticos, ao se apresentarem como interpretações fragmentadas e subjetivadas de contextos, ajudaram a encaminhar a compreensão da

cultura e das práticas políticas que atravessam a região. Portanto, o discurso impinge significações ao contexto. Daí, articulando-se contexto e discurso, as explicações oferecidas pelos políticos podem ser circunstanciadas, e interpretações sobre a região podem ser elaboradas. Esta é a proposta dessa seção, e vamos começar falando de contexto.

Como se sabe, a rodovia Belém-Brasília é um marco na história da região. Tal infraestrutura foi o agente de uma série de mudanças, que tiveram importantes implicações no processo de formação de elites e organização espacial da economia e da população. No município de Conceição do Araguaia, por exemplo, a estrada apressou a cadência da vida, que até então era comandada pelo rio. Uma grande imigração de capitais e de pessoas – fazendeiros, advogados, médicos, trabalhadores rurais e funcionários diversos – se seguiu à estrada. A propriedade privada da terra, o trabalho assalariado e o crédito bancário foram justapostos às instituições tradicionais de posse da terra, de controle da força de trabalho e do aviamento da produção. Em termos de poder local, novos atores, em especial aqueles ligados a atividades urbanas, iriam ganhar proeminência. Foi nesse contexto de mudança social que o doutor Giovanni emergiu como político. Os mecanismos os quais ele fez uso e os recursos que ele empregou, para destronar a família então dona do poder local, são ilustrativos de uma nova ordem, a qual trazia novos atores, mas mantinha algumas velhas raízes.

Este médico, que no tempo da pesquisa de campo era deputado federal e o principal lobista para a criação do Estado de Carajás, desafiou a elite local, cujas bases de poder eram terra e comércio. A família Maranhão condensava as fundações do poder local naquela época, e doutor Giovanni, usando seus recursos de médico de uma forma adaptada ao contexto social do lugar, venceu as eleições municipais, tornando-se prefeito de Conceição do Araguaia. Contudo, apesar de sua emergência representar mudança, é notável como o início da carreira de doutor Giovanni foi caracterizado por práticas tradicionalmente executadas por coronéis. Paternalismos típicos, como liberar um “cidadão” da cadeia. Demonstrações de espírito público, como seu esforço para instalar a escola do distrito, que confirmavam

sua posição de liderança. A implantação de seu serviço eleitoral, por exemplo, é arquétipo de coronelismo. Vamos seguir a trajetória política do doutor Giovanni, atentos para as continuidades embutidas em suas práticas, a despeito da mudança que sua própria presença significava para a política local:

“Eu me graduei no Rio de Janeiro e logo me dirigi para o sul do Pará, naquele tempo para Redenção, um pequeno distrito do município de Conceição do Araguaia, onde eu me tornei o primeiro médico. Nessa atividade você é normalmente chamado para tomar parte em várias questões que envolvem uma comunidade formada por migrantes de todas as partes do Brasil. Não havia uma escola no distrito, e eu, como a pessoa de melhor nível cultural do lugar, tive que liderar um movimento para construir salas de aula, contratar professores. E eu tive até mesmo que pagar, do meu próprio bolso, estes professores, porque a prefeitura era negligente a este respeito ... Em 1972, quando eu cheguei, eu comprei uma das sete casas cobertas com telhas que existiam, com paredes de adobe e o chão cimentado. Eu dividi esta casa e construí lá o meu hospital. Eu estava envolvido nas mais diversas questões sociais, desde a prisão injusta de um cidadão, quando eu era chamado à delegacia para intervir em favor deste cidadão, até a organização do setor educacional. Como faltavam professores, eu comecei também a lecionar, junto com outro médico que, um ano depois, eu trouxe, e que se tornou meu sócio no hospital. Depois de quatro anos, vendo as dificuldades que o distrito enfrentava, sem uma presença mais forte na administração pública, eu comecei um serviço eleitoral, para dar consistência política para o distrito, para que nós pudéssemos ser melhor considerados pelos poderes do município e do estado. Porque sem eleitores o distrito não formaria políticos, e não atrairia a atenção da classe política, que poderia trazer os instrumentos públicos necessários. Eu comecei também a fazer parte de um partido, e naquele tempo só a ARENA existia.”

– De que consistia o serviço eleitoral?

“O serviço eleitoral consistia em fazer eleitores, quer dizer, trazer um cartório até Redenção, credenciar funcionários para expedir títulos de eleitor e trazer a população do interior para o alistamento, para que o distrito de Redenção pudesse ganhar peso político para influenciar as eleições municipais de Conceição do Araguaia. Foi nesse contexto que nós começamos um trabalho político, e a partir deste ponto nós também começamos um trabalho partidário, com a ARENA. ... Naquele tempo, nós formamos um grupo dentro da ARENA, e pensamos que

talvez eu devesse concorrer nas eleições. Isso de fato aconteceu em 1976, quando eu concorri para a prefeitura, contra todas as lideranças políticas da região. Contra uma rica família de comerciantes, proprietária de terra e gado.”

Portanto, o doutor Giovanni rompeu o controle local exercido por uma família cuja autoridade era baseada em terra, gado e comércio, tradicionais fundações do poder local, e assim ele representou mudança. Contudo, ele desempenhou o mesmo papel de um antêntico coronel, que intervém em favor de seu eleitorado tanto em pequenas como em importantes coisas. Seu estilo está descrito em Victor Nunes Leal (1948:20-23):

“São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeia as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições ... tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento. (...) Há ainda os favores pessoais de tôda ordem, desde arranjar emprêgo público até os mínimos obsêquios. É neste capítulo que se manifesta o paternalismo.”

Doutor Giovanni representou o chamado bom-patrão, que em rotina diária emprestava segurança a seus protegidos em apuros, organizava medidas para resolver os problemas do distrito e ensinava na escola que ele próprio ajudara a instalar, pagando professores do próprio bolso. Ele também prestava serviços médicos gratuitos a muitos, e era essa generosidade que lhe dava força política. Agindo como um político paternalista, como o substituto de uma inexistente ação social da prefeitura, ele assumiu, na nascente cidade de Redenção, as responsabilidades de um coronel urbano.

Assim como o doutor Giovanni, há no sul do Pará vários outros prefeitos paternalistas, médicos que desempenham o papel de coronéis urbanos, típicos em que as relações pessoais que estabelecem com a população criam dívidas, a serem pagas na época das eleições. A “generosidade” destes médicos guinda-os à prefeitura, de onde muitos deles não saem em desvantagem econômica. De forma que o prestígio e a riqueza deste políticos estão, na origem, relacionados à prática da

medicina. Isso caracteriza esta região, que já foi chamada fronteira agrícola, mas que hoje está urbanizada, já que a maioria da população mora em cidades. O peculiar é que esta região cada vez mais urbanizada conserva uma essência agrária.

CONCLUSÃO

Depoimentos e narrativas são importantes instrumentos de pesquisa. Lidos de uma forma crítica, proporcionam evidências de contextos práticos e da atuação de agentes historicamente situados. Os depoimentos dos prefeitos e ex-prefeitos sobre suas histórias de vida e carreiras, na verdade extratos significativos de longas narrativas, articulados com conceitos pertinentes à História Oral, Sociologia e Ciência Política, de fato conferiram base empírica para uma interpretação da vida política da região sul do Pará e permitiram desenvolver o argumento deste artigo, que busca revelar o que a política regional tem de típico e o que tem de comum e banal.

A coleta do depoimento é passo de um método, e o depoimento, tomado como discurso característico de um tipo de agente social – o político de uma região peculiar –, é a matéria-prima para um trabalho de interpretação, que é moldado pelo ponto de vista do próprio pesquisador. O resultado apresentado no texto é portanto também um discurso, uma representação do sul do Pará que procura mostrar o funcionamento de noções teóricas na prática. De forma que, não tanto pelo que diretamente dizem, já que muitas vezes distorcem a realidade, os depoimentos são ricos principalmente pelo que deles pode ser inferido para uma determinada leitura da região.

A apropriação de recursos públicos por parte de elites e a subserviência forçada no relacionamento com autoridades, da parte do povo pobre em geral, são hábitos generalizados no país. Combinam com a carência de meios de vida que aflige a maior parte da população. No sul do Pará, migrantes que trazem atitudes sociais longamente arraigadas pedem materiais de construção, remédios, empregos, passagens, que são concedidos com meios públicos a título de favores

peçoais, que estabelecem dívidas morais, pagas com lealdade política. E paternalismo e patrimonialismo caminham assim de mãos dadas. Tais relações e práticas são, como diria Bourdieu, disposições incorporadas, condicionamentos e posturas que caracterizam o campo da política regional.

Clientelismo na relação entre o Estado e movimentos populares, paternalismo de profissionais que dão consultas grátis para adquirir prestígio social, inserção de igrejas pentecostais na política, esse é o pano de fundo da política regional. Mas os evangélicos não estão na política, todos eles, apenas para a defesa de interesses institucionais, como deles normalmente se espera, mas também, como a pesquisa revelou, para pregar cidadania.

Significa dizer que, como procedimento metodológico, os depoimentos são colhidos não só para proporcionar evidências empíricas a um argumento previamente formulado em suas linhas gerais, mas também para gerar surpresas e novidades, capazes de abalar noções estabelecidas, como esta de que os pentecostais são todos politicamente conservadores. Nem sempre portanto, já que alguns jovens pastores pregam ética e cidadania. Resta agora saber se isso é uma tendência importante no seio das Assembléias de Deus e na própria política regional.

O ex-prefeito que alega ter bamburrado no garimpo é contestado por seus inimigos políticos, que dizem ter o seu enriquecimento ocorrido na prefeitura. A vice-prefeita ligada à Assembléia de Deus, diz com incrível naturalidade que representa a instituição dentro da prefeitura, servindo aqueles interesses com prioridade. São exemplos que ilustram como é banal o uso patrimonial do Estado, a fusão do público com o privado nesta região. A prefeita que, oriunda de movimentos populares, buscava apoio no Estado, para levar benefícios para o seu município carente, acabou comprometendo a autonomia dos movimentos que a lançaram na política. Mas tinha ela de fato outras opções? Bourdieu (1989:87) nos informa que o campo impõe uma submissão do agente a um conjunto de atitudes de forma que, na prática, ele faz o que tem que fazer de fato, “na convicção resignada de não poder fazer outra coisa”.

O sul do Pará é peculiar. Na violência de suas lutas políticas e dos seus conflitos agrários, como atesta a marca de bala no corpo do sindicalista que defende a revolução. Nas mudanças estruturais que experimenta, que no entanto são apenas parciais no plano da cultura política, como fica caracterizado na história de vida de alguns políticos entrevistados. O jovem médico que, vindo do Rio de Janeiro, torna-se figura central no pequeno distrito onde passa a atuar, e daí se projeta para a política regional, é um exemplo da extraordinária importância da esfera da saúde como plataforma política, em uma região onde doenças infecciosas grassam. Sua história ilustra também o caráter ainda agrário que vigora nos centros urbanos da região, nas relações paternalistas mantidas entre “bons patrões” – elites, formadas por médicos, advogados, fazendeiros, pastores evangélicos, prefeitos, vereadores e comerciantes – e “clientes”, o povo pobre em geral.

Mas o sul do Pará pode também ser visto como um quadro radicalizado de condições sociais e de comportamentos políticos verificados em outras partes do país. Elevadas taxas de crescimento populacional e de urbanização, evidenciadas em rodoviárias sempre cheias de migrantes e em favelas que crescem rapidamente, são características nacionais reproduzidas aqui de forma exacerbada, assim como o é a utilização da pobreza para fins políticos. A capacidade de adaptação a circunstâncias variáveis que políticos normalmente têm se relaciona à disposição para esquecer o passado, comum a todo o povo brasileiro. A sociedade brasileira aceita “passar uma borracha” sobre fatos do passado que hoje, se dados a conhecer e avaliados criticamente, comprometeriam figuras públicas, que se mantêm à tona justamente porque as mudanças que eventualmente ocorrem trazem consigo um componente conservador. Continuidades, de nomes e de comportamentos, em meio a mudanças, são característica da política regional, assim como da nacional.

O adaptável prefeito sintonizado com as tendências políticas democráticas de agora, estava também entrosado com grupos políticos influentes na época do autoritarismo militar. Hoje é reticente sobre o

seu passado e sobre as ligações pessoais que então mantinha para melhorar sua posição no jogo político. Ele dança conforme a música. É como diz Bourdieu (1989): atuando em um campo específico, o agente não tem outra alternativa a não ser jogar o jogo próprio ao ambiente, reproduzindo as estruturas, as atitudes e as relações típicas deste. Portanto, os prefeitos e ex-prefeitos aqui em questão agem, assim como vários outros políticos brasileiros, conforme a sociedade os permite fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. 1990. *História oral. A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- ALBERTI, V. 1994. “Idéias e ‘fatos’ na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco”. *Entre-vistas: as abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- BOURDIEU, P. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- DEMO, P. 1993. *Pobreza Política*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.
- DINIZ, E. 1982. *Voto e Máquina Política. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FERREIRA, M.M. 1994. “História oral: um inventário das diferenças”. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- LEAL, V.N. 1948. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*.
- PINTO, C.R.J. 1989. *Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney. O discurso do plano cruzado*. São Paulo, Hucitec.
- POLLAK, M. 1989. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos 1989/3*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Recebido em: 14.02.96

Aprovado em: 05.06.01